

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL A TERRAMAR ADMINISTRADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA., com sede na Avenida Concêntrica, 04, Jardim Brasília, Camaçari – BA, sendo uma sociedade empresária limitada, regendo-se pelo Código Civil Brasileiro. A sociedade tem por objetivo social a atividade de serviços de administração de plano de assistência médica e de odontologia, medicina ocupacional, atendimento a pacientes em UTI móvel e ambulância e em outros serviços auxiliares a saúde, com registro junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações-Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nas normas estabelecidas pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, nos pronunciamentos, nas orientações, nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e nas normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A administração da operadora autorizou a elaboração e conclusão das demonstrações contábeis em 31/mar./2023, considerando eventos subsequentes ocorridos até esta data. **NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: **a) Ajuste a valor presente** Os elementos do Ativo e do Passivo decorrentes de operações de curto prazo ou longo prazo, são ajustados a valor presente, tomando por base a origem da transação, quando relevantes. **b) Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")** A Lei número 11.638/2007 e posteriores alterações determina análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e no intangível, com a finalidade de serem revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para o cálculo da depreciação e amortização. A Entidade por meio de laudos técnicos, identificou que seus bens estão contabilizados por valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda, não necessitando de ajustes ao valor recuperável neste exercício. Para os bens móveis, por serem inexpressivos não foram elaborados laudos de recuperabilidade. E para os bens imóveis, a entidade amparada com base nos laudos realizados para fins de integralização desses bens ao capital social ocorridas nos exercícios de 2016, 2019, 2020 e 2021, não constatou necessidade de elaboração de novos laudos, em face de não haver indícios de desvalorização dos referidos bens durante esse período. **(c) Ativos circulares e realizáveis a longo prazo** Os ativos circulares e realizáveis á longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, rendimentos e atualizações monetárias. **(d) Passivo Circular e Não Circular** Está representado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, quando conhecidos. **e) Regime de Escrituração:** É adotado o regime de competência para o regime das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, das despesas e dos custos, quando ganhos ou incorridos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **f) Depreciações e amortizações** Os encargos de depreciação e amortização foram calculados com base em taxas determinadas na expectativa de vida útil e econômica dos bens e permitidas pela Legislação do Imposto de Renda. **NOTA 04. DISPONÍVEL** Está representado por numerários em caixa e em bancos conta depósitos. **NOTA 05. APLICAÇÕES FINANCEIRAS** Representadas por aplicações de renda fixa, registradas pelo valor original de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com saldo de R\$ 1.152.980,69 vinculadas junto a ANS, para cobertura das provisões técnicas, atendendo as normas vigentes, em atendimento as RN´s 393/2015 e 521/2022. Sendo que as demais aplicações não vinculadas a ANS, no montante de R\$ 2.341.001,74 não vinculadas e não custodiadas classificadas no grupo de aplicações livres, atendendo as normas vigentes. **NOTA 06. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE** Estão registrados como Créditos de Operações de Planos de Assistência a Saúde, valores a receber referente contraprestações pecuniárias, contabilizadas pela emissão e não recebidas até a data do balanço, no montante de R\$ 9.662.157,51 deduzidos de provisão para perdas sobre créditos no valor de (R\$ 4.161.198,24), resultando em saldo líquido na ordem de R\$ 5.500.959,27 em 31.12.2022 (R\$ 3.759.496,74 em 31.12.2021). A administração da operadora julga o saldo de PPSC constituído, suficiente para cobrir eventuais perdas no recebimento dos créditos a receber. **NOTA 07. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS** Representados por:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
IRRF a Compensar	38.790,46	7.578,81
ISS a Compensar	206,64	206,64
TOTAL	38.997,10	7.785,45

NOTA 08. BENS E TÍTULOS A RECEBER
Representados por:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Adiantamentos a Funcionários	13.502,35	1.845,29
Adiantamentos a Prestadores de Serviços Assistenciais	303.153,47	314.760,11
Adiantamentos a Fornecedores Diversos	6.036,00	301,60
Outros Créditos a Receber	105.814,94	18.370,95
TOTAL	428.506,76	335.277,95

NOTA 09. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS - REALIZÁVEL À LONGO PRAZO
Estão representados por:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Outros Bloqueios Judiciais	136.321,16	-
TOTAL	136.321,16	-

NOTA 10. INVESTIMENTOS. Representados por Imóveis – Edificações, no montante de R\$ 20.612.719,85 em 31.12.2022 (21.058.900,61 em 31.12.2021). Os Imóveis – Edificações em uso estão sendo depreciados a taxa de 4% ao ano, cujas taxas são julgadas pela administração tecnicamente compatíveis com o tempo de vida útil e econômica estimada desses bens. Informamos ainda que os três imóveis integrados ao patrimônio da empresa em 30/09/2016, 30/10/2020 e 28/12/2021 estão em processo de regularização das escrituras devido trâmites burocráticos junto à Prefeitura e Cartórios.

Descrição	31.12.2022			31.12.2021
	Custo Original	Deprec Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Terrenos	6.429.241,36	-	6.429.241,36	6.429.241,36
Edificações	15.631.518,64	1.448.040,15	14.183.478,49	14.629.659,25
TOTAL	22.060.760,00	1.448.040,15	20.612.719,85	21.058.900,61

NOTA 11. IMOBILIZADO O Imobilizado está representado por bens registrados pelos seus custos originais de aquisição, ajustados por encargos de depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2022, calculados a taxas usuais permitidas pela legislação do Imposto de Renda, cujas taxas são julgadas pela administração, tecnicamente compatíveis com o tempo de vida útil e econômica estimada dos bens.

Descrição	31.12.2022			31.12.2021
	CUSTO ORIGINAL	DEPREC ACUMULADA	VALOR RESIDUAL	VALOR RESIDUAL
Máquinas e Equipamentos (Hospitalar /Odontológico)	2.884.345,00	306.302,78	2.578.042,22	-
Máquinas e Equipamentos (NãoHospitalar/Não Odontológico)	20.375,14	13.602,02	6.773,12	7.264,40
Informática	125.979,06	97.238,09	28.740,97	16.163,78
Móveis e Utensílios	44.067,91	36.331,75	7.736,16	8.728,05
TOTAL	3.074.767,11	453.474,64	2.621.292,47	32.156,23

NOTA 12. INTANGÍVEL Representado por Marcas Comerciais e por Sistemas de Computação "softwares", registrados ao custo de aquisição, ajustados por amortização a taxa de 20% a.a. Em 2021 foi contratualizado o sistema DR MARVIN, para realização de auditoria de contas médicas, estando em fase de implantação até a data de encerramento do exercício.

Descrição	31.12.2022			31.12.2021
	Custo Original	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Sistemas de Computação Softwares (Hospitalar/Odontológico)	65.000,00	65.000,00	-	-
Marcas e Patentes	2.050,79	2.050,79	-	-
Sistemas de Computação Softwares (N Hospitalar/N Odontológico)	156.590,00	-	156.590,00	140.931,00
TOTAL	223.640,79	67.050,79	156.590,00	140.931,00

NOTA 13. PROVISÕES TÉCNICAS – Circulante e Não Circulante A operadora constituiu as Provisões Técnicas estabelecidas conforme RN´s 393/2015, 442/2018 e 476/2021 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Provisão de Insuficiência de Prêmio/ Contraprestação - PIC (i)	4.422.240,10	1.831.745,90
Provisão de Eventos a Liquidar – Ressarcimentos ao SUS Curto e Longo Prazo (ii)	7.927.646,72	6.377.646,21
Provisão de Eventos a Liquidar – Outros Prestadores (iii)	3.582.765,20	2.955.075,89
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA (iv)	3.763.252,06	3.455.244,80
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA SUS (v)	1.722.708,33	634.130,82
TOTAL	21.418.612,41	15.253.843,62

(i) Refere-se Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PIC, introduzida pela RN 442/2018, que alterou a RN 393 sobre provisões técnicas. Diante da pandemia, a ANS definiu que a provisão seria obrigatória a partir de janeiro de 2021, tendo a possibilidade de ser composta gradualmente em 24 meses, mantendo-se a exigência integral até dez/22. reconhecidos e provisionados conforme normas da ANS. (ii) Refere-se a cobranças de Ressarcimentos ao SUS, geradas por realização de atendimentos médicos na rede pública aos usuários do plano, conforme art. 32 da Lei 9.656/98, reconhecidos e provisionados conforme normas da ANS. (iii) São registrados com base nas faturas de prestadores de serviços, na data em que estas são apresentadas à operadora, em contrapartida com as contas de despesas de eventos conhecidos ou avisados. (iv) Representa os eventos ocorridos, porém não avisados à operadora, cujo valor para operadoras de médio e grande porte, deve ser por metodologia própria baseada em cálculo e nota técnica atuarial encaminhada a ANS. A operadora, por meio de Nota Técnica Atuarial de metodologia própria encaminhada a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, constituiu referida Provisão, cujo saldo em 31.12.2022 é de R\$ 3.763.252,06 (R\$ 3.455.244,80 em 31.12.2021). (v) Refere-se Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados do SUS – PEONA SUS refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS) (realizados pelos beneficiários da operadora) que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pela ANS à operadora, introduzida pela RN 442/2018, que alterou a RN 393 sobre provisões técnicas. Diante da pandemia, a ANS definiu que a provisão seria obrigatória a partir de janeiro de 2021, tendo a possibilidade de ser composta gradualmente em 24 meses, mantendo-se a exigência integral até dez/22. reconhecidos e provisionados conforme normas da ANS. Anualmente, a ANS atualiza o estudo que define os parâmetros do fator individual e o fator teto do setor podendo estabelecer alterações na regra padrão, como a ocorrida em dezembro de 2021. De acordo com a deliberação realizada na 567ª reunião da DICOL, a PEONA SUS pode ser constituída gradualmente, de forma linear, ao longo de treze meses, iniciando em dezembro de 2021. O período de cobertura do risco da totalidade dos contratos/beneficiários da operadora inicia-se no primeiro dia e termina no último dia de cada mês, consequentemente não apresentando em seu passivo saldo de Provisão de Contraprestações Não Ganhas – PPCNG ao final de cada mês.

NOTA 14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE Representados por obrigações com Despesas de Comercialização de Planos (comissões a pagar) com saldo de R\$ 327.568,75 e por Contraprestações Pecuniárias Recebidas Antecipadamente com saldo de R\$ 250,86, resultando no montante de R\$ 327.819,61 na data de 31.12.2022 (R\$ 603.517,41 em 31.12.2021). **NOTA 15. PROVISÕES** O saldo de IRPJ e CSLL devedor de R\$ 4.742,60 em dezembro de 2021, foi parcelado em 30/05/2022 em transação extraordinária na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). **NOTA 16. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER – CURTO E LONGO PRAZO** Estão representados por débitos de impostos, contribuições e encargos sociais atualizados de acordo com a legislação em vigor, sendo que parte encontra-se sob processos de parcelamento. No curto prazo estão registrados os débitos a vencer até o término do exercício seguinte e no longo prazo, débitos a vencer após o término do exercício seguinte. Em março de 2015 foi realizado o parcelamento ordinário do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS do período de Abril de 2014 a Dezembro de 2014. Em Setembro de 2015 foi realizada a consolidação do Parcelamento lei 12.996/2014 com redução da dívida, sendo utilizado R\$ 184.038,73 do estoque de Prejuízo Fiscal. Em 2016 foram efetuados parcelamentos simplificados. Em 2017 foram efetuados parcelamentos especiais PERT. Em 2019 foi realizado o parcelamento do ISS, Pis e Cofins de competências do ano 2018 e 2019 e IRPJ e CSLL da competência 2018. Em 2020 a empresa realizou um novo parcelamento dos tributos de 2020, que ficaram inadimplentes até Nov/2020. Em 2022 foram realizados os parcelamentos de transação excepcional na PGFN referente a demais débitos e débitos previdenciários, e foram realizados dois parcelamentos na RFB referente a demais débitos e débitos previdenciários.

Descrição	CURTO PRAZO		LONGO PRAZO	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
ISS a Recolher	361.622,87	221.674,09	-	-
INSS a Recolher	494.050,05	888.881,61	-	-
FGTS a Recolher	113.444,85	66.027,92	-	-
COFINS a Recolher	295.252,41	524.817,53	-	-
PIS a Recolher	47.985,04	81.598,51	-	-
CONTRIB SINDICAL a Recolher	1.126,85	1.126,85	-	-
TFF – Taxa de Fiscalização e FuncionamentoMunicipal	11.848,26	-	-	-
IRRF a Recolher	333.790,61	365.128,84	-	-
ISS Retido na Fonte a Recolher	28.375,24	13.776,27	-	-
INSS Retido a Recolher	689,44	689,44	-	-
PIS/COFINS/CSLL Retidos	822.593,2	1.093.979,31	-	-
Parcelamento IRPJ	39.228,6	34.703,98	73.255,76	94.815,48
Parcelamento CSLL	17.052,96	14.130,05	21.227,88	34.568,01
Parcelamento ISS	180.659,98	95.980,27	50.481,76	77.574,08
Parcelamento COFINS	237.914,04	214.574,62	395.789,34	442.238,49
Parcelamento PIS	25.789,68	28.325,85	40.498,41	58.744,88
Parcelamento – Lei 11.941	11.246,33	19.065,72	40.164,12	39.720,26
Parcelamento – Lei 12.996/2014	38.665,79	65.263,91	441.308,90	440.531,39
Parcel. Simplificado – CSRF	142.654,46	214.556,27	394.206,66	439.481,35
Parcel. Simplificado – IRRF	25.679,25	25.940,76	58.488,08	69.703,19
Parcel. Especial PERT – D. Débitos - PGFN	6.730,17	6.730,17	-	-
Parcelamento Contribuições Previd.	-	9.163,33	-	31.655,11
Parcelamento Transação Ext. Demais Débitos - PGFN	316.578,04	-	1.820.323,70	-
Parcelamento Transação Ext. Previdenciários - PGFN	115.236,73	-	432.137,74	-
Parcelamento Débitos Previdenciários	193.552,55	-	469.369,03	-
Parcelamento Demais Débitos	219.781,63	-	860.811,40	-
TOTAL	4.081.549,03	3.986.135,30	5.098.062,78	1.729.032,24

NOTA 17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR Refere-se a saldo devedor e antecipação de recebíveis junto a instituições financeiras e utilização de limites de contas garantidas, com saldo de R\$ 450.633,48 em 31.12.2022 (R\$ 502.655,73 em 31.12.2021). **NOTA 18. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS – LONGO PRAZO** Estão representadas por valores de processos trabalhistas sob discussão judicial, no montante de R\$ 30.189,94 classificados com probabilidade de perda "possível" com base em posição atualizada fornecida pelos advogados, cujo montante é apenas divulgado na presente nota, conforme permitido pelas normas contábeis. A operadora possui também diversos processos cíveis, porém a maioria classificada por seus advogados com probabilidade de perda "possível". O montante de processos cíveis classificados com probabilidade de perda "provável" soma

R\$ 345.981,33 em 31.12.2022 (R\$ 424.198,58 em 31.12.2021), cujo montante encontra-se provisionado em seu Balanço Patrimonial. Em 31.12.2022 os processos cíveis avaliados com probabilidade de perda "possível" montavam em R\$ 5.698.449,53 (R\$ 5.666.198,28 em 31.12.2021), cujos montantes são apenas divulgados na presente nota, conforme permitido pelas normas contábeis. A operadora também registra Provisão para processo de ISS junto a Prefeitura de Camaçari, no montante de R\$ 23.444,71, embora referido processo esteja avaliado com probabilidade remota de perda. **NOTA 19. DÉBITOS DIVERSOS**

	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações com Pessoal (i)	323.179,89	252.279,40
Fornecedores	534.943,18	380.719,47
Outros Débitos a Pagar (ii)	261.363,56	29.062,79
TOTAL	1.119.486,63	662.061,66

(i) Representadas por folha de pagamento de salários e honorários líquida a pagar e por Provisão de Férias com encargos sociais correspondentes, calculados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data de 31.12.2022. (ii) Representados por Créditos em conta corrente não identificados no montante de R\$ 253.104,70; e Outros Débitos Diversos a Pagar no valor de R\$ 8.258,86. **NOTA 20. CAPITAL SOCIAL** O Capital Social subscrito e integralizado, pertence inteiramente a quotistas pessoas jurídicas domiciliadas no País, e está composto por 33.956.379 quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 33.956.379,00 em 31.12.2022 (R\$ 31.056.060,00 em 31.12.2021). Em 2022, houve integralização de máquinas e equipamentos ao capital Social no valor de R\$ 2.900.319,00, conforme 14ª Alteração Contratual de 27/05/2022 registrada na JUCEB – Junta Comercial do Estado da Bahia, estando devidamente amparado por Laudo de Avaliação conforme determinam as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **NOTA 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO** Em 31.12.2022 a operadora apresenta Patrimônio Líquido com a seguinte composição:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Capital Social	33.956.379,00	31.056.060,00
Reserva de Lucro	19.060,00	19.060,00
Prejuízos Acumulados	(33.041.516,39)	(24.834.449,54)
TOTAL	933.922,61	6.240.670,46

NOTA 22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS A Clínica Santa Helena Ltda., empresa ligada, ao mesmo grupo empresarial, pois existe, qual o mantém operações de Eventos Indenizáveis e prestação de serviços com a operadora Terramar, tendo no decorrer do exercício de 2022 pagamentos no valor de R\$ 13.629.323,88. A Terramar se relaciona com a Clínica Santa Helena como rede credenciada estratégica, que concentra mais de 60% da demanda de sinistros de alta complexidade, isso faz com que esteja concentrado na Clínica Santa Helena geralmente entre 40% e 60% de todo o sinistro. A relação entre as empresas Clínica Santa Helena e Terramar se resumem em mútua prestação de serviços, a Clínica Santa Helena como (Rede Credenciada da Terramar) e a Terramar como (Plano de saúde dos funcionários da Clínica Santa Helena), todas as transações ocorrem com devidas cobranças, emissão de notas fiscais e faturas das efetivas prestações de serviço que são contabilizadas em suas devidas competências. **NOTA 23. CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS – MÉTODO INDIRETO** Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as operadoras de plano de saúde devem apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC pelo Método Indireto. O CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, determina que, a entidade que apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto deverá constar em Notas Explicativas a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021
Resultado do Exercício	(8.703.408,96)	(6.833.326,92)
(+) Depreciação/Amortização	446.180,76	196.116,24
Ajustes de Exercícios Anteriores	(496.342,11)	-
Ajustes de Empréstimos e Financiamentos	(3.558.819,56)	(5.269.067,41)
Ajustes Imobilizado	-	-
Variação Intangível	(15.659,00)	(140.931,00)
RESULTADO AJUSTADO	(12.328.048,87)	(12.047.209,09)
(Aumento) Diminuição nos Ativos	(1.807.167,24)	(2.021.305,43)
Aplicações	195.056,91	(129.034,46)
Créditos de Operações com planos de Assistência a Saúde	(1.741.462,53)	(2.383.911,71)
Créditos Tributários e Previdenciários	(31.211,65)	(4.882,25)
Bens e Títulos a Receber	(93.228,81)	427.422,05
Depósitos Judiciais e Fiscais	(136.321,16)	69.100,94
Aumento (Diminuição) nos Passivos	9.675.958,13	7.113.222,90
Provisões Técnicas de Operações de Assistência a Saúde	6.164.768,79	4.541.385,12
Débitos de Operações de Assistência a Saúde	(275.697,80)	386.890,09
Provisões	(4.742,60)	4.472,60
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	3.464.444,27	1.857.958,91
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	(52.022,25)	-
Débitos Diversos	457.424,97	2.011,88
Provisões para Ações Judiciais	(78.217,25)	320.234,30
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.459.257,98)	(6.955.291,62)

NOTA 25. EVENTOS SUBSEQUENTES Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações financeiras, 31/mar./2023, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

DIRETOR
Eládio Galdino Vilela de Souza - Diretor CPF: 084.645.705-97
CONTADOR
Jailson Belmiro de Souza - Contador CRC BA 032363/O-5 / CPF 824.049.685-72

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da **TERRAMAR ADMINISTRADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TERRAMAR ADMINISTRADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA.**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para Opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase** Em 31.12.2022 a operadora apresenta insuficiência de Ativos Garantidores para cobertura de suas Provisões Técnicas, insuficiência de Margem de Solvência e de Capital Regulatório, dessa forma não atendendo ao que determinam as RN´s 393/2015, 521/2022, 526/2022 e 569/2022 da ANS. Esta situação poderá ser sanada com planejamento estratégico, redução de custos, aumento de receitas, readequação operacional, aportes financeiros, integralização de bens ao capital social, aliado à melhoria substancial de sua margem operacional. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins comparativos, foram anteriormente por nós auditados, para os quais emitimos Relatório de opinião dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis, datado de 30 de março de 2022, sem ressalva e com parágrafo de ênfase sobre insuficiência de Ativos Garantidores e de Margem de solvência. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações

contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Recomendamos observar as informações contidas no parágrafo de Ênfase do presente relatório. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES CRC-PR-03364/O-0 ALFEU DE MELO Contador CRC-PR-003992/O-0